

A INSEGURANÇA E AS NOVAS PRÁTICAS ESPACIAIS EM CIDADES BRASILEIRAS

Eda Maria Goes

Universidade Estadual Paulista – UNESP - Brasil

Maria Encarnação Beltrão Sposito

Universidade Estadual Paulista – UNESP - Brasil

A insegurança e as novas práticas espaciais em cidades brasileiras (Resumo)

O lançamento de novos produtos imobiliários, os espaços residenciais fechados, ocorre de forma crescente nas cidades brasileiras e apoia-se no pressuposto de que há um aumento generalizado da violência, que abordamos como insegurança urbana, cujo enfrentamento envolve práticas individualistas privatizantes e adeptas de mecanismos de controle exacerbados. A partir da realização de entrevistas com seus moradores, pesquisamos a implantação e apropriação desses espaços residenciais em cidades médias do Estado de São Paulo (Brasil). Identificamos representações sociais dos *outros*, responsabilizados pela insegurança crescente, que analisamos a partir da perspectiva do cotidiano. Partimos da hipótese de que novas formas de produção do espaço urbano com tendência à fragmentação socioespacial, geram novas práticas espaciais. Essas práticas alteram os conteúdos dos espaços públicos e as suas representações. Nessas cidades, o distanciamento crescente entre os cidadãos pauta-se numa relação dinâmica e contraditória entre homogeneidade e diferenciação, que aponta na direção de um processo de fragmentação socioespacial.

Palavras-chave: insegurança urbana, práticas espaciais, controle social, fragmentação socioespacial, cidades médias.

Insecurity and the new spatial practices in Brazilian cities (Abstract)

New real estate launch products and closed residential spaces, occurs with increasing frequency in Brazilian cities and are based on the assumption that there is a general increase in violence, as we address urban insecurity, which involves individual coping, and privatizing adept practices of exacerbated control mechanisms. From interviews conducted with its residents, we researched deployment and appropriation of residential spaces in middle cities of São Paulo (Brazil). We identify social representations of the *others*, blamed for insecurity growing, and analyzed from everyday life perspective. We hypothesized that new forms of production of

urban space with a tendency to social and spatial fragmentation, generate new practices. These practices alter public spaces contents and their representations. In these cities, increasingly radical estrangement between city dwellers staff in a dynamic and contradictory relationship between homogeneity and differentiation, pointing toward a process of socio-spatial fragmentation.

Keywords: urban insecurity, spatial practices, social control, social and spatial fragmentation, middle cities.

A história urbana contemporânea do Brasil caracteriza-se por processos de produção das cidades baseados na segregação socioespacial, cada vez mais extremos, intensos e explícitos, sustentados por uma percepção crescente da insegurança, que não se baseia apenas na representação social da violência e dos “outros violentos”, mas envolve aspectos subjetivos relacionados às mudanças globais, ainda que, expressos pela referência a problemas cotidianos.

Nesse trabalho, tratamos da implantação e apropriação dos espaços residenciais fechados em três cidades médias do Estado de São Paulo (Brasil) – Marília, Presidente Prudente e São Carlos – nas quais realizamos 68 entrevistas^[1] com seus moradores, que possibilitaram a identificação de representações sociais comuns e particulares dos *outros*, responsabilizados pela insegurança crescente. A perspectiva de análise é a do cotidiano, priorizando as práticas espaciais daqueles que vivem em espaços residenciais fechados. Buscamos apreender esses espaços, a partir de relatos descritivos e das suas representações sociais, entendidas “como saberes sociais construídos em relação a um objeto social, que elas ajudam a formar, [...], ou seja, (como) a vida pública dá origem a representações que se tornam, elas mesmas, constitutivas do objeto que originariamente as formou”^[1].

Partimos da hipótese de que novas formas de produção do espaço urbano com tendência à fragmentação socioespacial, geram novas práticas espaciais. Essas, por sua vez, alteram os conteúdos dos espaços públicos e as representações que sobre eles se elaboram. O lançamento desses novos produtos imobiliários, na perspectiva dos agentes interessados diretamente na sua comercialização e a partir da visão dos que escolhem esses espaços para habitar, apoia-se no pressuposto de que há um aumento generalizado da violência urbana, que abordamos como insegurança urbana.

Tal opção pauta-se no reconhecimento da inadequação de se trabalhar com a noção de violência urbana, em função, sobretudo, da reificação que expressa, “pois, em lugar de descrever, age socialmente, produz uma performance e um resultado... exige uma intervenção ou produção de uma situação contrária”^[2] e, tendo em vista a sua necessária superação, direcionamos a análise à insegurança urbana, com base na qual se pretende explicitar as relações entre as dimensões objetivas e subjetivas que a constituem e as relações de poder subjacentes, sem desconsiderar que todas elas são socialmente

Notas

[1] Entrevistas realizadas entre março de 2007 e abril de 2008.

[1] Jovchelovitch, 2002, pp.32-33.

[2] Misse, 2003, p.19-20.

construídas. Por fim, evidenciamos que a insegurança urbana vai muito além da violência urbana, evitando, desse modo, possíveis encobrimentos e simplificações, sem, no entanto, desvalorizar a questão da criminalidade e de seu crescimento, que tem sido objeto da atenção de crescente número de trabalhos, em especial de pesquisadores brasileiros e latino-americanos.

Na mesma direção, Curbet, alertando para o perigo de manipulação política, atenta para o reducionismo de se limitar as violências sociais à categoria única de delinquência (também generalista), além da aposta em soluções de prevenção pela repressão e na identificação de causas para cada um dos conflitos, que é inerente a tal perspectiva. Em contrapartida, também propõe que se adote a noção de insegurança, entendida como fenômeno socialmente construído.

No caso do Brasil, tudo indica que há um forte recrudescimento da insegurança. As estatísticas, a despeito do seu caráter problemático, mostram que a criminalidade tem crescido, mas há importantes variações regionais. Nesse sentido, dois dos pressupostos desta pesquisa, adotados a partir da revisão bibliográfica e de experiências anteriores dos pesquisadores envolvidos, dizem respeito: 1. à necessidade de evitar as generalizações sobre as lógicas de privatização da cidade, inclusive do fechamento residencial, particularmente no que se refere aos diferentes significados atribuídos à segurança (e à insegurança), superando processos formais, para se chegar às práticas espaciais que podem ser diversas^[3]; 2. a problematização das relações entre violência real e violência representada, uma vez que, numa sociedade caracterizada pela presença de múltiplas formas de violência, a violência representada é, ao mesmo tempo, uma resposta a uma violência real e um estímulo a outra nova violência, ou seja, nem sempre há coincidência entre o real e o representado^[4]. Nesse contexto, o papel da mídia é fundamental, pois, frente à sensação de medo difuso, ela produz uma dada realidade, formalizando e ordenando o real^[5].

Os múltiplos encontros entre o urbanismo e a economia política das cidades, com destaque para o mercado imobiliário e o mercado da segurança privada, expressos pelos discursos sobre a insegurança, especialmente aqueles cotidianamente emitidos pela mídia, não podem ser desconsiderados e são abordados a partir dos depoimentos dos nossos entrevistados^[6].

As reações dos cidadãos à insegurança envolvem cada vez mais práticas individuais, privatizantes e adeptas de mecanismos de controle exacerbados, caracterizadas pela desconfiança em relação aos outros. É dos mecanismos de controle e das novas morfologias urbanas diretamente relacionadas a tais práticas espaciais que tratamos, levando em conta que a microescala do cotidiano, a partir da qual foram apreendidas, se articula à macroescala global, na qual tanto medos como necessidades são também produzidos^[7].

[³] Billard, Chevalier e Madorré, 2005.

[⁴] Imbert, 1992, p.5.

[⁵] Imbert, 1992, p.62.

[⁶] Os nomes dos entrevistados são fictícios.

[⁷] Curbet, 2007.

Embora tais práticas apontem na direção de um processo de fragmentação socioespacial da cidade, há confluências, mas também divergências entre as estratégias defensivas adotadas pelos moradores de espaços residenciais fechados, em seus espaços circunscritos e em relação ao exterior, que podem ser interpretadas como descontinuidades, envolvendo combinações, mais ou menos coerentes, mais ou menos contraditórias^[8].

Nesse artigo, três resultados de pesquisa são especialmente discutidos: 1. a importância dos muros e demais equipamentos de segurança, 2. os mecanismos de controle, especialmente voltados aos trabalhadores, implementados no interior dos espaços residenciais fechados nas três cidades médias paulistas, e 3. as resistências e problemas decorrentes da implementação de regras nesses espaços^[9].

Muros

Como expressões simbólicas do “urbanismo do medo”^[10], os muros estão entre os equipamentos de segurança que mais atenção despertam nas cidades latino-americanas, mas seus impactos sobre a morfologia urbana geram interpretações diferentes. Nos espaços residenciais fechados que pesquisamos, os muros estão presentes, embora haja diferenças: com ou sem cercas elétricas ou concertinas clipadas, combinados ou não a câmeras de vigilância e a elementos do relevo (Figura 1).

Qualquer que seja a forma de separação por eles imposta há pouca “porosidade” entre o interior e o exterior. Assim, aproximamo-nos das constatações de alguns pesquisadores latino-americanos, como Svampa e Caldeira, mas nos diferenciamos de outros, como Lacarreu, Girola e Murgida e Sabatini e Brain. A argumentação dos últimos toma como base o mercado imobiliário, ou seja, é possível que a perspectiva unidimensional explique seus resultados, além de particularidades da realidade chilena. Três outras críticas precisam ser feitas em relação às interpretações que contestamos: 1. “não há contrato social, sem contato social”^[11] e a qualidade desses contatos é fundamental; 2. ao desconsiderar as relações de sociabilidade, como interação com os *outros*, esses autores legitimam as posições políticas que defendem os processos em curso nas cidades latino-americanas, favorecendo a sua naturalização; 3. as relações dos muros com a segregação socioespacial ganham significação se levamos em conta seu caráter simbólico, incorporando a complexidade das relações entre as dimensões objetiva e subjetiva da segregação socioespacial, ausentes nos artigos criticados. Por fim, a polêmica indica que estamos diante de um processo que avança em ritmos diversos, mas que, na América Latina, experimenta aceleração. Tal constatação baseia-se não apenas na presença dos muros e seus complementos, mas na centralidade assumida pelos mecanismos de separação nos depoimentos que colhemos, como no seguinte exemplo:

[⁸] Sposito e Góes, 2013.

[⁹] Levando-se em conta o tema geral do XIII Colóquio Internacional de Geocrítica (2014), “O controle do espaço e os espaços de controle”, apresentamos nesse texto, um recorte temático e uma versão parcial de pesquisa mais ampla publicada no livro “Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial”, de autoria de Sposito e Góes (2013).

[¹⁰] Pedrazzini, 2006.

[¹¹] Barkeley; Snyder, 1997 *apud* Sabatini e Brain, 2008, p.10.

Eu tenho um problema, porque eu estou aqui e a Vila Barros, que é um... [apontando para o outro lado do “Itaimbé”^[12]] Ninguém é daqui de Marília, não é? [...] Então, Vila Barros é um antro, hoje, de drogas, é o pior antro daqui da cidade, e eles estão bem na encosta, o pior, então eles estão aqui [a entrevistada aponta com a mão, a área defronte sua janela], então para encobrir, para encobrir os lixos deles, eles põem fogo, então, eu tenho... Às vezes, na seca que é agosto tal, eles põem fogo e às vezes o fogo vem, então assim, eu tenho... Eles, os rondas [seguranças do loteamento que circulam de moto] que passam, que ficam vigiando, que avisam, que fazem... (Mercedes, 46 anos, dona de casa, Marília)

Figura 1. Os muros e outras separações: os impactos na morfologia e na paisagem urbanas de Marília e Presidente Prudente – SP



Fotos das autoras, 11/2012.

Embora tenhamos procurado apreender alguns dos diferentes significados dos muros que cercam espaços residenciais fechados, é importante observar que não concordamos com as interpretações que identificam os muros contemporâneos aos muros que cercavam cidades antigas e medievais. Consideramos que tal visão, além de seu caráter a-histórico, acaba por justificar e encobrir a principal característica dos muros

[¹²] “Itaimbé” é o nome dado pelos marilienses às escarpas íngremes que caracterizam a topografia da cidade em vários pontos.

contemporâneos, qual seja, a proteção de parte dos moradores da cidade, contra os outros moradores. Desse modo, diferencia-se da função de oferecer proteção à cidade e aos cidadãos, desempenhada pelos muros antigos e medievais, conforme observado por Capron^[13]. Além disso, a despeito das nuances identificadas nesses muros e em seus significados, o desejo de separação em relação à sociedade e seus pactos assume, dessa perspectiva, outro sentido, cujas implicações políticas para a cidade e a sociedade não podem ser desprezadas.

Controles

Além das estratégias defensivas adotadas, inúmeras combinações, mais ou menos coerentes, mais ou menos contraditórias, nas práticas espaciais dos cidadãos entrevistados, ofereceram subsídios ao nosso esforço de apreensão dos novos papéis desempenhados pela insegurança na produção das cidades médias e reforçam a adequação da sua interpretação como descontinuidades. Kessler^[14] complementa esse pensamento com a proposta de identificar em tais práticas uma busca de equilíbrio entre as precauções e a manutenção de hábitos cotidianos, além de se contrapor à ideia de defesas e restrições sempre crescentes, ou seja, de um sentido único, em favor da percepção de oscilações, marchas e contramarchas, espaços e práticas que se perdem, alguns que se mantêm com sentidos diferentes e outros que, com o tempo, se recuperam.

No que se refere às novas práticas espaciais adotadas no interior dos espaços residenciais fechados, os controles sociais são as mais recorrentes. Embora haja variação na rigidez e brechas abertas nesses controles, o foco maior volta-se aos trabalhadores. Deparamo-nos com procedimentos que não se limitam a tratar com suspeição os trabalhadores eventuais, tais como: cadastro, mediante apresentação, entre outros documentos, de certidão negativa de antecedentes criminais; elaboração de carteira com foto, apresentada sempre na portaria do condomínio, onde permanece guardada enquanto trabalham, e que levam consigo quando saem.

Sem perder de vista, as diferenças entre estes espaços residenciais, no que se refere ao controle, foi nos empreendimentos do Grupo Damha, visitados em Presidente Prudente e em São Carlos, que nos deparamos com as práticas discriminatórias mais patentes, materializadas logo na chegada, com entradas separadas para residentes e não residentes nas portarias sempre monumentais (Figura 2), guarnecidas por guaritas, câmeras e cancelas.

Para uma contextualização que permita apreender melhor as características dos empreendimentos do Grupo Damha^[15], começamos por assinalar seu grande porte e a

[13] Capron, 2006, p.23.

[14] Kessler, 2009, p.189 e p.218.

[15] A Damha Urbanizadora integra o Grupo Encalso, originado em Presidente Prudente, que atua nos seguintes ramos: implantação de espaços residenciais fechados e construção de residências, bem como venda desses produtos imobiliários, pela *Damha Urbanizadora*, nas cidades de Araraquara, Campo Grande, Limeira, Mirassol, Piracicaba, Presidente Prudente, São José do Rio Preto, São Carlos e Uberaba; engenharia civil pesada, por meio da *Encalso Engenharia Civil Pesada*, atuando na construção de estradas, barragens, oleodutos etc.; agropecuária, com a *Damha Agronegócios*, que conta com nove propriedades rurais e empresa de apoio fornecedora de produtos e serviços; concessão

presença de amplas e bem equipadas áreas esportivas e de lazer. Isso ajuda a explicar porque vários dos aspectos problemáticos que identificamos no interior dos espaços residenciais fechados, como tratamento discriminatório a trabalhadores, conflitos entre moradores, desrespeito a regras e mesmo casos que consideramos como violência, foram relacionados a loteamentos desse grupo, embora não exclusivamente, como também foi o caso do Parque Faber I, em São Carlos, por exemplo^[16].

Figura 2. Portarias monumentais em São Carlos e Marília- SP



Foto do Damha 1 – Extraída do http://www.damha.com.br/hotsite/hotsite_home.aspx?empreendimento=35.

Foto do Portal dos Nobres - das autoras, 11/2012.

Em São Carlos, o empreendimento lançado pelo Grupo Damha é composto por três grandes espaços residenciais fechados, além de um campo de golfe, uma hípica e um parque ecológico. Localizado a poucos quilômetros da área urbana consolidada de São Carlos, foi, sem dúvida, o loteamento mais ousado, do ponto de vista do mercado imobiliário, e o mais luxuoso que visitamos. Não por acaso, também foi aquele que mais se destacou pela discriminação explícita com que são tratados os trabalhadores, tanto os da construção, como os empregados e as empregadas domésticas.

No loteamento que visitamos, Damha I, havia duas portarias, ambas monumentais (Figura 2), uma destinada apenas aos trabalhadores, com regras rígidas de controle e horário diferenciado^[17], e outra, destinada aos moradores e suas visitas. Em relação ao controle dos trabalhadores, Eudóxia (dona de casa, 50 anos) relatou-nos duas outras estratégias de controle empregadas, que lhe pareciam positivas. A primeira diz respeito à existência de um cartão que os seguranças que circulam em motos devem timbrar, a cada intervalo programado de tempo, com o objetivo, principalmente, de evitar que

de rodovias, com 60% das ações da *Renovia Concessionárias S.A.* e 21% da *Rodosul S.A.*; centros comerciais, como *Prudenshopping* e *Damha Center*, ambos em Presidente Prudente.

[16] Nos pequenos loteamentos, que encontramos principalmente em Marília e São Carlos, tais problemas estiveram quase ausentes.

[17] Mesmo em loteamentos em que não há portarias separadas, a permanência dos trabalhadores no seu interior, excetuando-se o caso dos encarregados da segurança, costuma ser limitada entre as 7h00 e as 17h30 ou 18h00.

durmam em serviço. Longe de ser exclusiva desse loteamento, tal prática foi mencionada por moradores de loteamentos localizados nas três cidades pesquisadas. A segunda se refere à limitação dos horários de ônibus que ligam o loteamento à malha urbana consolidada de São Carlos que, combinada à distância a ser percorrida, acaba por impedir que as empregadas domésticas deixem o trabalho antes das 18h00, ou seja, tem desempenhado função adicional de controle sobre a jornada de trabalho dos trabalhadores, valorizada pelos moradores.

Foi nesse loteamento, ainda pouco edificado e escassamente ocupado, que ocorreram os casos mais radicais de discriminação de trabalhadores de que tivemos conhecimento, não por intermédio de moradores, mas, sim, em entrevista com um engenheiro responsável pela construção de uma residência. Segundo seu depoimento, em visita ao Damha I para acompanhar obra sob responsabilidade do seu escritório de engenharia, foi informado de que os trabalhadores da construção estavam proibidos de entrar de carro no condomínio, devendo descarregar ferramentas e outros materiais e depois estacionar do lado de fora. Apenas bicicletas seriam admitidas.

Frente a tal fato, comunicou ao proprietário contratante que não continuaria com o trabalho, explicando suas razões. Por causa dessa reação, o contratante buscou se mobilizar junto à associação de moradores e a questão chegou até à Associação dos Engenheiros de São Carlos, mas o resultado limitou-se à exclusão de engenheiros e arquitetos da proibição de entrar de carro no Damha I. Esses profissionais, de nível superior, passaram então a ser admitidos pela portaria destinada aos moradores e seus visitantes. Como os demais trabalhadores continuaram a ser alvo de procedimentos discriminatórios, nosso entrevistado manteve sua posição, não tendo mais retornado ao empreendimento.

Na entrevista com esse engenheiro, soubemos também do caso exemplar de um “calheiro” que aguardava pelo proprietário de uma residência na qual deveria realizar seu trabalho, no mesmo loteamento, quando atravessou a rua para desfrutar da sombra de uma árvore e beber água no bebedouro ali localizado. Foi então abordado por dois seguranças, que circulavam de moto, e avisado de que não poderia sair do terreno no qual trabalharia, exceto para deixar o Damha I.

Tais regras se combinam ao emprego de equipamentos de segurança, destinados, sobretudo, a impedir o acesso dos pobres que habitam os outros espaços urbanos e que, embora sejam identificados como moradores de determinados bairros, representam cada vez mais uma ameaça difusa, que pode estar em toda parte.

Com o intuito de conferir historicidade aos conteúdos das entrevistas, levamos em conta particularidades da realidade brasileira, como a herança escravista, a decorrente desqualificação do “outro trabalhador” (e do próprio trabalho) e a relação entre violência e pobreza que estão fortemente imbricadas às transformações mais amplas, resultantes da globalização. Enfatizando o contexto brasileiro mais recente e as relações entre mudança política e forma urbana, Caldeira atribui importância ao processo de democratização brasileiro que, longe de aproximar as diferentes classes sociais, acabou por estimular a busca de novos mecanismos de distinção. Dessa perspectiva, a violência urbana seria “um bode expiatório”, ou um pretexto para a opção por residir em espaços residenciais fechados, por exemplo. Para essa antropóloga, a gênese desse processo

estaria na década de 1980, durante a qual, inclusive, foi promulgada a nova Constituição Brasileira, em 1988, considerada avançada por reconhecer amplos direitos à população.

Embora, conforme já proposto, busquemos articular as especificidades do contexto nacional, sobretudo em sua dimensão política, com as mudanças mais amplas, não apenas de ordem material, mas também de ordem subjetiva^[18], não encontramos sinal, no conjunto de nossas entrevistas, de relações diretas entre mudanças políticas e percepção da violência urbana ou representação social da insegurança.

No entanto, encontramos muitos indícios que confirmam o distanciamento cada vez mais radical entre os cidadãos, expresso de maneiras variadas, cuja afinidade mais evidente parece ser a ausência de características comuns que sejam percebidas pelos moradores de espaços residenciais fechados que entrevistamos, entre si e em relação aos outros, de fora. Isso pode ser constatado, embora na aparência, tão valorizada na sociedade contemporânea, todos estejam cada vez mais iguais, vestindo *jeans*, bebendo coca-cola, portando telefones celulares, colocando grades nas janelas... ou seja, há uma relação dinâmica e contraditória entre homogeneidade e diferenciação, que se inscreve nos diferentes espaços da cidade, radicalmente expressa por uma entrevistada: “Eles vão matar, porque eles estão em qualquer lugar... Hoje ele é rico, anda num carro melhor que o meu, você nunca imaginaria que ele é bandido. (Rosa Maria, 37 anos, esteticista, Presidente Prudente)”

Principalmente em um dos grandes empreendimentos residenciais localizados em Presidente Prudente, o Residencial Damha, cujo cotidiano pudemos acompanhar mais de perto, deparamo-nos com surpresas em relação à representação social hegemônica sobre furtos e roubos ocorridos nesses espaços fechados e controlados.

Exemplar, nesse sentido, foi o caso relatado por Dina (49 anos, fisioterapeuta), moradora do Residencial Damha, que já havíamos entrevistado e que voltamos a contatar quando ouvimos boatos sobre um assalto naquele empreendimento. Segundo ela nos contou, ocorreram furtos em três residências, durante o carnaval, quando os moradores estavam viajando. Foi uma das vítimas que relatou a Dina, “consternada”, que levaram joias, cartões de crédito e outros objetos de valor de sua residência, sem que nenhum dos seguranças percebesse. Acrescentou que o responsável pelos furtos teria sido o genro de um morador, que possuía o “Tag”^[19] e que teria se aproveitado da ausência dos moradores para furtar pequenos objetos de valor, tendo deixado o condomínio “sem qualquer problema”, com o intuito de comprar drogas, de que seria dependente.

Como reação ao ocorrido, além da referida “consternação”, a moradora vitimizada declarou-se desiludida com a segurança do Residencial Damha e pronta a instalar equipamentos de segurança em sua residência, adotando, portanto, estratégia própria da cidade aberta, mas sem cogitar de se mudar.

[18] Santos, 2002; Bauman, 2001.

[19] Cartão que garante acesso livre ao ser introduzido na catraca eletrônica, sem controle do funcionário responsável pela guarita.

Leis e regras

Outro traço comum às práticas de controle identificadas é certa despreocupação com o respaldo da legislação. Como tal legislação é fruto de pactos e relações políticas historicamente produzidas, estes também são negados pelos seus moradores. Assim, chegamos a uma das características principais, talvez a mais importante dos novos *habitats* fechados: a contraditória incorporação de um dos traços centrais das cidades contemporâneas – a inevitável e problemática presença cotidiana dos trabalhadores pobres – controlada, porém, por mecanismos pautados na discriminação que ferem os princípios básicos da Constituição Brasileira. No entanto, é importante observar que, também em relação ao aspecto legal, a realidade não é monolítica, ou seja, nem todos os fatores legais são desconsiderados e há mudança em relação a eles.

No que se refere às estratégias de controle social, tanto em relação aos próprios moradores, os próximos, quanto aos trabalhadores pobres, as entrevistas e observações que realizamos nos espaços residenciais fechados de Presidente Prudente, São Carlos e Marília forneceram indícios abundantes sobre a centralidade que vêm adquirindo no seu cotidiano, inclusive em função das reações que desencadeiam, embora, conforme já demonstramos, elas sejam menos frequentes do que pressupunhamos quando iniciamos a pesquisa.

Entre os próximos predomina, por um lado, a valorização de um conjunto mais amplo e rigoroso de regras do que o previsto pela legislação^[20], por outro, a constatação de que seu cumprimento não ocorre como esperado, o que desencadeia tanto desapontamento, sobretudo em função de expectativas relacionadas a uma suposta homogeneidade econômica, social e cultural, quanto conflitos, igualmente decepcionantes e por vezes percebidos como mais frequentes que aqueles próprios da cidade aberta.

As regras mais comuns são relacionadas a limites de velocidade dos veículos e de horário em que barulho e/ou volume alto é tolerado, à presença de animais domésticos (espécie, raça, condições para frequência em espaços coletivos), à proibição de menores na direção de veículos e à especificação de características das edificações residenciais (número de pisos, proporção de metros quadrados por terreno, presença e altura de muros, recuos), mas há também as que dizem respeito à presença de crianças nas áreas coletivas, à admissão de visitantes, com limites para seus veículos e sua frequência nas áreas de lazer, ao número de veículos por residência e à lavagem deles e das calçadas. Essas foram as regras mais comuns, presentes em quase todos os loteamentos pesquisados, aquelas mais frequentemente mencionadas quando perguntamos sobre a possível dificuldade de respeito às normas internas de convivência, assim como os focos mais comuns de conflito entre vizinhos, conforme sugere a seguinte resposta:

Já tive problemas com o meu vizinho de lá e o de cá. O daqui é mais surpreendente porque é um pessoal universitário, [...] Eles fizeram aí uma muralha, começaram a levantar, levantar... Entrei com processo, embarguei a obra dele. Então, a gente não tem um bom relacionamento. Esse, por causa do cachorro. Não posso falar que é verdade por não ter provas, mas tudo leva a crer que eles tenham tentado envenenar o meu cachorro. [...] Eu fui muitas vezes à polícia. Enfim, a gente não tem um bom relacionamento. [...] Não obedecem às metragens, não respeitam as distâncias entre a casa e o muro. Não respeitam a velocidade. [...] Cachorros soltos. Tem gatos soltos. [...] São coisas simples que não deveriam acontecer, mas acontecem. (Arthur e Regina, 60 e 55 anos, professor universitário e comerciante, São Carlos)

[20] Por exemplo, com limites de velocidade que podem chegar a 20 km/hora.

Nas falas dos entrevistados, tais problemas de desrespeito às regras são diretamente relacionados às justificativas para as dificuldades de relações com vizinhos que tanto podem ser acompanhadas de manifestações de decepção explícita, quanto implicitamente mencionadas, como as expressões “são coisas simples que não deveriam acontecer, mas acontecem” e “as pessoas não são mais amigas porque moram num condomínio”, empregadas nas respostas, como o casal, Arthur e Regina, deixam entrever. “Não são”, mas poderiam ser..., conforme sugeriram. Por outro lado, tais possibilidades são radicalmente negadas pelo casal Andréia e Paulo, residente em Marília:

Aí a gente fecha, e não é nem por questão de entrar um marginal, é que a gente não... vou ser sincera, você não sabe quem é teu vizinho do lado, então você não vai deixar tua casa aberta, se você não sabe o que pode acontecer, então todo mundo tranca a casa. [...] hoje ninguém quer... é bom dia, boa tarde e boa noite, ninguém quer tomar um cafezinho na minha casa que depois eu vou tomar na sua, todo mundo morre de medo daquele vizinho vir e acampar dentro da sua residência e não sair mais, esse é o pavor dos vizinhos. (Andréia e Paulo, 41 e 60 anos, dona de casa e funcionário público aposentado, Marília)

É possível concluir, a partir dessas e de muitas outras respostas semelhantes obtidas, que a exacerbação dos controles implementada por meio das regras acabou por estimular a ocorrência de conflitos, por vezes violentos. Se a opção por este tipo de habitat, tinha entre seus objetivos, além de proporcionar segurança aos moradores pelo controle sobre as ameaças percebidas, o de mediar as relações entre vizinhos, os próximos, favorecendo a sociabilidade e até mesmo a criação de redes de solidariedade, acabou por ocorrer inversamente. A seguinte descrição é eloquente nesse sentido:

Nós já tivemos casos graves, nós tivemos casos de rixas entre vizinhos, de um vizinho pagar uma construção próxima ao seu vizinho apenas para colocar o aparelho de som voltado para a casa do vizinho para incomodá-lo 24 horas por dia, ele projetou junto a engenheiros para que o som chegasse ao máximo a incomodar o seu vizinho, gastou muito dinheiro para fazer isso, e ligava esse som que estava destacado da sua casa e ligava às 7 horas da manhã e só desligava às 2 ou 3 horas da manhã em alto volume. Tivemos casos, que podemos observar que, no Brasil, o nível financeiro e econômico não tem nada a ver com o nível cívico, nós tivemos um caso de um morador que lambuzou o veículo do vizinho com fezes, uma coisa absurda, mas temos registrado. Nós temos registrado um caso de um morador que deu uma surra numa senhora idosa com uma cinta, por briga de vizinho. [...] Mas nós já tivemos casos, sim, nenhum caso de disputa, mas já tivemos casos de um morador que deu uma surra no gerente do condomínio, então nós temos casos desse tipo, até bem cabeludos.

Esse depoimento foi dado pelo advogado contratado pelo Parque Faber I, de São Carlos, para assessorar juridicamente a associação de moradores^[21]. Sua função principal, por ele descrita como “de impessoalizar as decisões a serem tomadas”, todas elas referentes a reclamações e, sobretudo, a conflitos entre moradores, ajudam a explicitar a multiplicidade de casos por ele relatados, ocorridos no Parque Faber I, mas estão longe de explicar a violência física, por exemplo, presente em vários deles, ao mesmo tempo em que justificam sua própria contratação. Suas palavras são esclarecedoras, tanto de sua atuação, quanto das ambiguidades com que tem lidado, enquanto profissional e cidadão, caracterizadas por atração e repulsa frente às novas relações estabelecidas no interior desse loteamento:

Nós implantamos lá um sistema, para que eu não tenha uma fila de moradores na minha porta. Quando há algum problema, o morador se dirige à portaria, faz uma ocorrência, nós temos um boletim de ocorrência, idealizado pela gente, o morador se identifica e faz a sua ocorrência por escrito. [...] Nós temos

[²¹] Nas três cidades pesquisadas, esse foi o único caso de que tivemos notícia.

advertência, notificação e temos a imposição de multas, cobrança de prejuízo, quando um morador quebra a cancela porque se recusou a parar o veículo e passou em alta velocidade, então aí existe essa penalidade, mas sempre dá ao morador “o direito de se defender”, porque a constituição garante o seu direito de defesa, [...] Nós demoramos quase três anos para aumentar o grau de respeito com o regulamento interno, principalmente existia muito abusos dos jovens, adolescentes e crianças que se sentiam os donos do pedaço, quebravam equipamentos públicos, abusavam da área de lazer etc., e nós passamos a notificar os pais porque muitas vezes os pais não sabem o que os filhos fazem, e quando nós colocamos o dedo na ferida, enfrentamos esse problema e começamos a chamar os pais, nós tivemos um aumento muito grande no respeito ao regulamento interno no Parque Faber, isso foi muito bom, hoje nós temos um grau de civilidade muito maior. [E isso se traduziu numa diminuição de ocorrências ou não?] Sem dúvidas! Atualmente, nós temos uma média entre 5 a 10 ocorrências por mês, dependendo dos tipos. [...] Foi mais no sentido de impessoalizar as decisões a serem tomadas, então o responsável é a acessória jurídica, o chato, mas é claro que os assuntos são debatidos e constam em atas, até por exigência legal e por uma cautela, mas é muito mais fácil você tomar uma decisão colegiada e dividir a responsabilidade com todos os diretores, porque nós não temos síndicos, nós temos um diretor superintendente e um gerente que executa as ordens.

Esses relatos demonstram ao menos três sentidos importantes. Primeiro, desmistificam o estímulo proporcionado por esses novos *habitats* fechados ao estabelecimento de relações harmônicas entre seus moradores, a uma comunidade de iguais, que Bauman^[22] também denominou criticamente de comunidade da mesmice, em função das supostas afinidades econômicas, sociais e culturais. É oportuna, nesse sentido, a crítica de Sennett^[23] sobre a aposta dos urbanistas na “comunidade dentro da cidade” que, para ele, seria realmente uma aposta na “comunidade contra a cidade”. Nossos entrevistados, embora tenham se decepcionado, não desistiram de tal aposta, como a contratação do assessor jurídico confirma. Além disso, revelam as dificuldades no cumprimento de regras ou, em outros termos, no estabelecimento de pactos comuns que impliquem adaptações no cotidiano das pessoas. Por fim, constatamos a exacerbação dos mecanismos de controle e da mercantilização das relações e das sanções.

Quando se trata do descumprimento das regras, os jovens são protagonistas frequentes dos relatos, sobretudo quando envolvem esforços dos funcionários para fazê-los cumprir regras.

Um dos moços da portaria contou para mim e para o meu marido assim, de eles [jovens moradores] invadirem casa em construção, quebrar coisas, isso eu já fiquei sabendo, mas às vezes, onze, meia-noite, tocar campainha, isso de vez em quando acontece. (Marcela, 39 anos, fonoaudióloga, Marília)

A família foi viajar e então, ela ficou por um determinado tempo. Ela largou a janela aberta, por onde o gato entra e sai para comer, e crianças entraram, do condomínio, tomaram as bebidas, você entendeu? Usaram a casa, não é...? [...] Foram tomadas as medidas. A família reclamou e foi comunicado aos pais, fizeram todas as coisas que tinham que fazer. Um boletim de ocorrência [na polícia] ... Em alguns casos dá para se resolver internamente, mas nesse caso ela achou por bem chamar a polícia. Porque foi assim..., além de beber as bebidas, pegaram o veículo. Você entendeu? Usaram o veículo. Então foi uma coisa mais séria, que pode implicar em outras... (Luiza, 47 anos, corretora de seguros, Presidente Prudente)

Frente à indagação necessária sobre a exacerbação desses comportamentos em função da própria presença dos muros que, além da proteção, também podem desempenhar função acobertadora, os entrevistados foram unânimes em responder positivamente, como confirma a seguinte afirmação indignada, sobre os filhos dos vizinhos.

^[22] Bauman, 2009, p.45.

^[23] Sennett, 2001, pp.358-380.

Eu percebo... que ensina o filho a falar para o guarda é [...] “Faz agora que eu estou mandando!” Entendeu? “Sou eu que pago o seu salário, se eu falar para o meu pai, você vai ser demitido”. Então, eu percebo muito mais esse tipo de comportamento aqui dentro do que eu percebia fora, não é? Eu percebo muito, mas muito... todo dia... Então, eu percebo assim que, quando os funcionários têm que tomar uma atitude com relação aos filhos dos moradores, não tomam, porque depois acaba sendo mandado embora mesmo, sabe? Então, eu percebo que as pessoas pioram, pioraram. A piora do comportamento, de convivência, as regras de convivência são menos respeitadas aqui dentro do que... (Rosa Maria, 37 anos, esteticista, Presidente Prudente)

Um último aspecto significativo dos espaços residenciais fechados de Presidente Prudente, não exclusivo, porém, dessa cidade, foi o fato de neles residirem autoridades, um dado valorizado por vários entrevistados. Em seu depoimento, Eduardo, morador do Residencial Damha, relacionou tal aspecto ao abordado anteriormente:

Sabe, uma outra coisa que amedronta aqui, neste condomínio, é que todo mundo sabe a quantidade de autoridades que moram aqui dentro. Delegados federais, delegados estaduais, comandante da polícia geral do estado de São Paulo, da regional Presidente Prudente, juízes, juízes federais, promotores... Isso também acaba inibindo um pouquinho. Então, a pessoa, antes de tentar fazer alguma coisa, ele vai pensar duas vezes, antes de fazer. Mas até hoje, graças a Deus, nós não tivemos nenhum problema. (Eduardo, 45 anos, representante comercial, Presidente Prudente)

O assessor jurídico do Parque Faber identificou uma contradição entre a ação impetrada em favor da abertura das suas cancelas e o fato de o promotor responsável por ela residir em outro loteamento fechado, comentando, também, a busca de um “refúgio” por parte dessas “autoridades”:

O promotor de justiça que entrou com essa ação contra o Parque Faber é um promotor especialista na área de meio ambiente, ele já tinha experiência anterior no litoral, [...] e, vindo para São Carlos, ele entrou com essa ação contra o Faber. Antes de essa ação ser julgada, ele foi embora, foi trabalhar em outra cidade, se transferiu, no lugar dele ficou um outro promotor a quem coube fazer a apelação contra a sentença, e ele curiosamente mora no Dahma, então ele interpôs um recurso defendendo que se abram as cancelas, mas, curiosamente ele foi se refugiar num condomínio fechado. Um dos grandes clientes desse condomínio são justamente juízes e promotores, funcionários públicos qualificados, com cargos de alto nível...

Em outras entrevistas, a facilidade de resolução interna de problemas que normalmente envolveriam a intermediação da polícia e da justiça, por exemplo, os cuidados necessários para não transgredir a legislação, e mesmo o favorecimento da segurança interna, pelo receio que inspiram externamente, foram relacionados, sempre de forma positiva, à presença das tais “autoridades residentes”. Em face dessas informações, perguntamos: se as “autoridades” se voltam à resolução dos problemas internos desses *habitats* fechados, quem se dedica à solução dos problemas da cidade? Quem busca alternativas para o “urbanismo do medo que transforma o espaço urbano em nível global, contra a violência das práticas de fragmentação”^[24]?

Combinando permanências, representadas pela associação entre violência e pobreza e por outros estereótipos, com mudanças relacionadas principalmente à presença das “autoridades” no interior de espaços residenciais fechados, deparamo-nos com um processo no qual os *habitats* fechados desempenham importante papel, ainda que não exclusivo, que tende, simultaneamente, à fragmentação da cidade e à sua privatização. Em face das suas opções, os moradores desses espaços atuam destacadamente na

[²⁴] Pedrazzini, 2006, p.116.

produção da cidade, mas de uma cidade em processo de fragmentação, que, ao privatizar seus espaços públicos, os condena à destruição^[25], mesmo quando se trata de realidades urbanas não metropolitanas. Essas constatações confirmam a importância da definição de “enclaves fortificados” proposta por Caldeira, com base em cinco características, todas elas presentes nos espaços residenciais fechados que pesquisamos, embora com menor grau de independência do seu entorno, em função da ausência de escolas, espaços de trabalhos e estabelecimentos comerciais em seu interior.

São propriedade privada de uso coletivo e enfatizam o valor do que é privado e restrito ao mesmo tempo que desvalorizam o que é público e aberto na cidade. São fisicamente demarcados e isolados por muros, grades, espaços vazios e detalhes arquitetônicos. São voltados para o interior e não em direção à rua, cuja vida pública rejeitam explicitamente. São controlados por guardas armados e sistemas de segurança, que impõem regras de inclusão e exclusão. São flexíveis: devido ao seu tamanho, às novas tecnologias da comunicação, organização do trabalho e aos sistemas de segurança, eles são espaços autônomos, independentes do seu entorno, que podem ser situados praticamente em qualquer lugar. [...], não pertencendo aos seus arredores imediatos, mas a redes invisíveis (Cenzatti e Crawford, 1998). Tendem a ser ambientes socialmente homogêneos^[26].

Nas três cidades, identificamos representações sociais comuns e particulares dos outros, responsabilizados pela insegurança crescente e unanimemente reconhecida. Alguns deles estão, supostamente, presentes em todas elas, como presidiários, seus familiares e “soldados”, ainda que tenham maior impacto em Marília e Presidente Prudente^[27]. Outros sujeitos foram personificados em certos moradores e diretamente relacionados a bairros específicos, sempre carentes e periféricos, a partir dos quais podemos afirmar que

Há mais estranhamento e distância entre dois bairros de uma mesma cidade, divididos pelas dinâmicas urbanas, que entre duas cidades com elementos comuns de urbanidade, construídas pelos mesmos modos globalizados de produção^[28].

Assim, o distanciamento cada vez mais radical entre os cidadãos pauta-se numa relação dinâmica e contraditória entre homogeneidade e diferenciação.

Habitats fechados e cidades

No que se refere aos mecanismos de controle social, nos *habitats* fechados, o princípio da visibilidade constante dos corpos, que devia assegurar o controle racional, sem a necessidade de mais investimentos em equipamentos, deu lugar à visibilidade dos aparatos de controle, tão importantes, por seu caráter ostensivo^[29], quanto a visibilidade dos corpos. Apesar das estratégias de classificação e ordenamento desses espaços internos e dos sujeitos que lá atuam, não se pode identificar em tais mecanismos discriminatórios qualquer esforço para possibilitar um controle sutil, nos moldes *panópticos* idealizados por Bentham, já no século XVIII, cuja importância foi evidenciada por Foucault. Não há sutileza nesses casos, mas uma exacerbação interna de práticas de controle e regulação presentes na cidade, tendo nos surpreendido a quase unânime tranquilidade com que nossos entrevistados se referiram a elas, sem crítica e

[25] Pedrazzini, 2006, p.118.

[26] Caldeira, 2000, pp.256-257.

[27] Essas duas cidades possuem penitenciárias de grande porte, na área de sua influência regional.

[28] Pedrazzini, 2006, pp.56-57.

[29] E também de *status* social.

mesmo sem referência, por exemplo, à falta de privacidade, sobretudo se levamos em conta as conclusões de Sennett^[30] sobre as relações diretas entre “visibilidade exacerbada” e “isolamento”, uma vez que, para ele, “os seres humanos precisam manter distância da observação íntima por parte do outro para sentirem-se sociáveis.”

No que se refere às novas formas de produção do espaço urbano, concluímos que a fragmentação socioespacial pôde ser vista em processo de constituição nas cidades médias estudadas, tanto do ponto de vista material, como em suas dimensões mais subjetivas e simbólicas, por meio das práticas espaciais e dos valores que realizam, revelam e conduzem a vida urbana. Pudemos constatar maior complexidade no processo de estruturação desses espaços urbanos, em diferentes dimensões, revelando articulações entre espaço e tempo, em suas múltiplas escalas.

A segmentação das formas de produção e uso do espaço e do tempo urbanos não se revelou, apenas, numa divisão social, cada vez maior, do espaço residencial, cuja radicalização nos possibilita reconhecer a segregação. Muros e sistemas de vigilância ratificam essas lógicas e as reproduzem, porque não são apenas barreiras materiais e conjuntos técnicos, mas expressão e condição de novos valores e representações de cidade que orientam práticas espaciais e temporais, por meio da reprodução da ideia de segurança, em oposição à cidade identificada como violenta ou perigosa, portanto, insegura.

O aparecimento de novas áreas comerciais e de serviços, com destaque para os *shopping centers*, também contém elementos que apontam para a fragmentação socioespacial, na medida em que esses estabelecimentos compõem centralidades que alcançam a escala interurbana, tanto porque atraem consumidores de outras cidades, quanto porque são ambientes em que prevalecem grandes capitais nacionais e internacionais, representados pelas franquias e pelas marcas que se globalizam. A superação do centro principal como o lugar de todos, como continente de práticas econômicas, políticas e sociais, em que as diferenças se defrontam, dificulta a compreensão da cidade como totalidade, sempre relativa, mas capaz de favorecer, em algum nível, identidades territoriais ou de pertencimento a um dado espaço urbano.

A concentração de largas extensões de terras, nas franjas de expansão das cidades de Marília, Presidente Prudente e São Carlos, em mãos de grandes incorporadores tem levado a formas de produção do espaço urbano que contribuem para a fragmentação socioespacial. O monopólio sobre amplos setores das cidades estudadas, propiciando a implantação em série de espaços residenciais fechados, tem sido a condição, via propriedade privada, para a composição e a exacerbção do par homogeneidade interna ↔ heterogeneidade externa. Enquanto a homogeneidade socioespacial está associada aos espaços internos aos muros, e supostamente garantida dentro de seus limites, a heterogeneidade, que é paisagística, das práticas espaciais e dos níveis e formas de consumo, corresponderia ao restante da cidade, fortemente marcado pela insegurança, mostrando que a transposição de fatos e a difusão de valores articulam escalas, aproximando a violência real da violência representada.

[³⁰] Sennett, 2001, p.29.

Bibliografia

- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2009.
- BENTHAM, Jeremy. Panóptico – Memorial sobre um novo princípio para construir casas de inspeção e, principalmente, prisões. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.7 n.14, pp. 199–229, mar./ago. 1987.
- BILLARD, G.; CHEVALIER, J.; MADORÉ, F. *Ville fermée, ville surveillée*. Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2005.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros*. São Paulo, Ed.34-Edusp, 2000.
- CAPRON, G. *Quand La ville se ferme*. Quartiers résidentiels sécuritisés. Paris, Bréal, 2006.
- CURBET, Jaume. *Conflictos globales violências locales*. Quito, Flacso, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1993.
- IMBERT, Gerard. *Los escenarios de la violencia*. Barcelona, Icaria, 1992.
- JOVCHELOVITCH, Sandra. *Representações sociais e esfera pública*. A construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis, Vozes, 2000.
- KESSLER, Gabriel. *El sentimiento de inseguridad: sociología del temor al delito*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009.
- LACARREU, M.; GIROLA, M.F.; MURGIDA; A.M. La gestión de la alteridad. *Revista Ciudades*, RNIU, Puebla, México, n.59, pp. 27-32, jul./set.2003.
- MISSE, Michel. A violência como sujeito difuso. In FEGHALI, J.; MENDES, C.; LEMGRUBER, J. *Reflexões sobre a violência urbana*. Rio de Janeiro, Mauad, 2003. pp. 19–31.
- PEDRAZZINI, Yves. *A violência das cidades*. Petrópolis, Vozes, 2006.
- SABATINI, F. y BRAIN, I. “La segregación, los guetos y la integración social urbana: mitos y claves”. *Eure*, vol. XXXIV, n.103, pp. 5-26, 2008.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Reinventar a Democracia*. Lisboa, Gradiva, 2002.
- SENNETT, Richard. *O declínio do homem público*. Rio de Janeiro, Cia das Letras, 2001.
- SPOSITO, Maria Encarnação, GÓES, Eda Maria. *Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial*. São Paulo, Editora Unesp, 2013.

SVAMPA, Maristella. Los que ganaron: la vida en los countries y barrios privados. Buenos Aires, Editorial Biblos, 2001.
